

ARTICULOS

Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura

Sonia Regina De Mendonça

Universidade Federal Fluminens, Brasil

1- À GUIA DE INTRODUÇÃO

Para além dos ricos e frutíferos debates acerca do caráter oriental ou ocidental da sociedade brasileira ⁽¹⁾, decorrentes da leitura de Gramsci e de sua apropriação enquanto instrumental analítico do caso nacional, bem como visando contribuir, enquanto historiadora de ofício, para o maior nuaçamento daquilo que, corriqueiramente, caracteriza-se como a sociedade civil no Brasil das três primeiras décadas deste século, optei por conduzir a reflexão numa direção bem mais aplicativa do que teórica.

Resultado de vários anos de pesquisas acerca da história das classes dominantes brasileiras, com ênfase especial para suas frações agrárias, trago para discussão o caso de uma entidade agremiadora de segmentos de proprietários rurais estudada no período compreendido entre 1897 - quando de sua fundação - e 1930 - quando da eclosão do movimento que redefiniria o bloco histórico - buscando, através dele, analisar o tema que me foi proposto à reflexão: a relação entre ideologia, intelectuais e organização da cultura.

Ainda que, de fato, o alvorecer do século XX não configure, no caso brasileiro, um desenvolvimento significativo do capitalismo, nem tampouco a existência de uma sociedade civil plural e complexa como aquela sugerida por Gramsci para o Ocidente, não creio que o grau de orintalização do Brasil seja comparável àquele do caso a partir do qual o pensador italiano construiu essas categorias polares, mesmo considerando todas as suas antinomias (ANDERSON, 1986). Parto, portanto, da premissa de que o que se verifica no Brasil, desde a Abolição da escravidão, é um lento processo de dupla construção: do capitalismo e da sociedade civil, daí ser oportuno falar de "ocidentalização em construção" já que, mesmo sem parâmetro de comparação com a sociedade civil européia ocidental, a sociedade civil brasileira não me parece ter sido tão gelatinosa quanto o poderia fazer supor um certo tipo de produção acerca da história do país.



Ao mesmo tempo, vale a pena deixar claro que estarei trabalhando com a relação ideologia, intelectuais e organização da cultura referenciada a uma agremiação da classe dominante agrária no período focalizado, malgrado a multiplicidade de entidades similares, além das sindicais e operárias então já existentes, na medida em que no campo da história o estudo mais aprofundado da formação/redefinição da classe dominante brasileira no decorrer do século atual pouca ou quase nenhuma curiosidade tem despertado. Tal postura, a meu ver, não apenas contribui para reificar a própria noção de classe dominante - banalizada enquanto noção vazia e abstrata -, como também abre um flanco político considerável para as forças da direita, uma vez que a carência de estudos do objeto em perspectiva histórica, inviabilizam seu conhecimento crítico.

2- HISTÓRIA, SOCIEDADE E AGRICULTURA NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

O processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país pode ser tomado enquanto marco do processo de construção de uma sociedade civil no país e, dentro dele, o chamado ruralismo desempenhou papel determinante e dirigente, na condução ideológica do que se costuma chamar de modernização conservadora.

Tal processo de transição sobrepesou-se à passagem da escravidão - sistema repressivo da força de trabalho legalmente sancionado e definido - para a generalização do trabalho livre e a persistência de formas de trabalho compulsório no campo, transformadas frente a um estoque de terras que se configurava como uma fronteira agrícola permanentemente em movimento.

Tais condicionantes têm indicado o papel dominante do Estado na condução do lento processo de construção do capitalismo brasileiro. A historiografia costuma enquadrar suas raízes nos estudos sobre a expansão cafeeira, as origens da industrialização ou a imigração européia centradas, sobretudo, em torno à fração de classe dominante e hegemônica, a burguesia cafeeira paulista e, do ponto de vista político, sobre os mecanismos da dominação oligárquica e do sistema coronelista. No tocante ao ruralismo, poucas são as análises que o abordam e mesmo assim quando o fazem, tratam-no com um pequeno grau de polemização ou discordância.

Consistindo a defesa da chamada *vocação eminentemente agrícola do país* na palavra de ordem da ideologia ruralista vigente nas quatro primeiras décadas do século, historiografia e história tendem a confundir-se, tomando como ponte a "naturalidade" com que certos autores contemporâneos o tomam de empréstimo das falas daqueles situados no período focalizado. Por isso mesmo, o pequeno número de trabalhos que tratam da problemática a ela se referem de forma periférica, isenta de maiores aprofundamentos analíticos.

Creio que hoje é inegável a necessidade do conhecimento mais amplo sobre a história dos distintos segmentos da fração agrária da classe dominante, já que o termo ruralismo, na

atualidade, institui-se até mesmo em designativo de uma associação de classe com pretensões partidárias e atuação para-militar e fascizante. Os que se dedicaram ao estudo do ruralismo produziram, grosso modo, dois tipos de trabalhos: os que encaram o tema como elemento ideológico, na acepção de "falsa consciência", complementar à explicação de processos históricos mais gerais e os que o tomam como movimentos políticos em defesa dos interesses agrários ameaçados pela industrialização/urbanização em curso desde 1910.

Em ambos os casos, a subestimação do objeto é constante. De um lado, o ruralismo é tornado um sistema de meras representações, como se a inserção dos seus agentes enunciadores em distintas redes de relações sociais não influísse sobre suas nuances. Assim, mediante o primeiro surto de industrialização dos anos 1910 e 1920, o ruralismo acaba reduzido a uma ideologia de revalorização do mundo rural enquanto estratégia de preservação da antiga relevância político-social dos grandes proprietários. De outro, no caso do ruralismo enquanto movimento político, também se acaba por valorizar as idéias em detrimento da organização dos grupos sociais, tornando-se tal noção como integrante de um dos supostos extremos da dicotomia agricultura *versus* indústria, dicotomia tão cara à sociedade brasileira da 1ª República.

De meu ponto de vista, o ruralismo deve ter uma historicidade própria e específica, estabelecida pela análise de sua construção por sujeitos determinados, num dado tempo e espaço, caso contrário se transfigura num construto abstrato e esvaziado de conteúdos que especifiquem, a cada conjuntura histórica, não só as formas de articulação político-cultural das frações agrárias da classe dominante, como também de toda a sociedade brasileira do período.

Considero, pois, o ruralismo como um movimento de caráter político cujos contornos nem sempre foram presididos pela oposição a uma ordem urbano-industrial. Tal oposição não me parece dar conta do fenômeno, posto que nele igualmente intervêm as modalidades de relação entre os próprios grupos dominantes na conjuntura histórica específica. Torna-se necessário desvendar suas formas de organização, situa-las em confronto, buscar seus canais de institucionalização tanto na sociedade civil, como na sociedade política, retratar os mecanismos de constituição das agências em torno das quais se mobilizaram, bem como da formação de seus agentes para, então sim, poder-se tomar os fatos do discurso em seu contexto.

Por isso o ruralismo é aqui tomado num duplo registro: como visão de mundo e como movimento político - logo, cultural - integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas, correspondentes a interesses de proprietários agrários distintos.

Três postulados apresentaram-se como recorrentes no ruralismo do período analisado, integrando sua palavra de ordem da defesa da *vocação eminentemente agrícola do Brasil*: a) a reivindicação da extensão dos benefícios da ciência e da técnica ao campo, b) a necessidade da diversificação agrícola do país e c) a demanda pela reatualização das formas de imobilização da mão-de-obra junto à grande lavoura, constituindo o que se chamaria, à época, de uma *nova civilização agrícola*.

Assim, o ruralismo, pela imbricação de vários fatores tais como a generalização do trabalho não escravo, a redefinição negativa das grandes linhas do comércio internacional para produtos de nossa tradicional pauta de exportações - exceto para o café - e os rearranjos no bloco histórico promovidos pelo federalismo republicano, seria o fio condutor da reordenação política intra-classe dominante agrária, não isenta, por seu turno de conflitos. Está-se diante, pois, de uma das dimensões do próprio processo de construção da sociedade civil e da sociedade política no país, já que muitos de seus agentes representavam frações da classe dominante secundarizadas no bloco no poder.

Uma das mais evidentes manifestações desse processo foi a proliferação, desde 1870, das associações de classe por todo o país. Instâncias organizativas e representativas dos interesses dos segmentos agrários de distinta procedência, as sociedades agrícolas constituíram-se em defesa da *vocação eminentemente agrícola*, porém face a uma questão específica: a iminência do fim da escravidão. Os clubes agrícolas agremiavam interesses diferenciados, tanto nacional quanto regionalmente falando, consistindo em tentativas pioneiras de organização da classe proprietária⁽²⁾. Sua peculiaridade, no entanto, residiu no fato de terem sido subsumidos às instituições oficiais locais, mormente as câmaras de vereadores.

A primeira modalidade de institucionalização autônoma dos interesses agrários foi a Sociedade Nacional de Agricultura, criada já na República, em 1897, em meio ao turbulento período de consolidação do novo regime, quando do retorno do poder às mãos dos civis. A entidade teria como modelo a instituição homônima francesa, onde o movimento de *retour a la terre* gozava de considerável reconhecimento, mormente por consistir numa forma extrema de reação à depressão mundial dos preços agrícolas pela via do protecionismo.

A SNA foi fundada - e sobrevive até hoje - com características bem próprias: o caráter nacional de sua representatividade, o pioneirismo da iniciativa, sua expressão política enquanto instituição organizativa de classe, bem como de construção da sociedade política. No entanto, há que ressaltar que a supremacia e a hegemonia dos cafeicultores paulistas foi consolidada anteriormente, mediante suas próprias agremiações e, no plano estritamente político, pela política dos governadores, criando condições para a intervenção do Estado no mercado em benefício exclusivo do café. Teriam sido os grandes cafeicultores do Oeste paulista os pioneiros da difusão

da vocação agrícola do Brasil, acompanhada de alguns qualificativos próprios: a mão de obra livre e a utilização da técnica aplicada à agricultura. Já os proprietários agrários dos setores ou regiões secundarizados, tornar-se-iam peças de uma aliança destinada a prestar apoio às indicações paulistas nos momentos sucessórios. Eram os paulistas, de fato, dirigentes dos grupos afins. No entanto, tal direção não se faria ou manteria isenta de tensões e conflitos, ainda que entre "iguais". É isso que o estudo da SNA vem a demonstrar.

Logo, é por julgar imprescindível desvendar a distinta gama de interesses embutidos nesta uníssona defesa da *vocação eminentemente agrícola* peculiar à história do Brasil do período e visando contribuir para a difusão dos múltiplos usos políticos a que se prestam noções deste tipo, que creio ser essencial recompor os contornos da reação ruralista.

O termo é utilizado aqui com referência às origens de um movimento de institucionalização, na sociedade civil, dos diferentes interesses agrários, ocorrido entre fins da escravidão e as duas primeiras décadas do século. Ainda que o fator que o unificasse fosse a reciclagem da citada *vocação*, os instrumentos advogados pelos vários grupos de proprietários para consegui-lo eram bastante distintos. Se para os cafeicultores paulistas a monocultura exportadora aliada à extensão da ciência ao campo eram suas chaves explicativas, para os demais fazendeiros, valorizava-se justamente o contrário: a diversificação da agricultura brasileira, demanda comum àqueles vinculados aos complexos agrários de dinamismo pouco acentuado.

Esse segundo bloco de agentes sociais exprimia, portanto, os interesses dos segmentos da classe dominante menos subordinados aos setores mercantil e ao capital estrangeiro, abrindo maior espaço para uma acumulação interna. Essa reação ruralista daria suporte a um dado projeto de reciclagem da tradicional "vocação agrícola", sistematizando a ação político-institucional de frações diversas da classe proprietária rural em torno a uma entidade concorrente à hegemonia paulista. A SNA foi, justamente, seu maior exemplo, paradigma alternativo de constituição da sociedade civil e de organização da cultura no país, ainda que presidido pela mesma perspectiva "iluminista" do projeto hegemônico.

3- A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA: INTELECTUAIS E ORGANIZAÇÃO DA CULTURA.

Aparelho privado de hegemonia, a SNA constituiu-se como uma associação de amigos e lavradores tendo por finalidade "... o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas dos agricultores, dos pecuaristas e dos industriais das indústrias extrativas correlatas" (Estatutos da SNA. RJ, fevereiro, 1905).

Não seria casual encontrar dentre seus fundadores grandes proprietários que eram, simultaneamente, diplomados pela Politécnica do RJ, onde estudaram ou lecionavam. A ideologia do progresso era a bandeira desses que se diziam "*cruzados de uma nova era de regeneração agrícola do país*". Analisar da SNA significa trabalhar com três processos: a) o da institucionalização de aparelhos privados de hegemonia, independentes do Estado, que significavam, ao mesmo tempo, canais extra-partidários de articulação dos segmentos da classe dominante agrária; b) o da estruturação, a partir das demandas e pressões oriundas da sociedade civil organizada, de organismos especializados no interior do Estado com os quais pudessem correlacionar-se e canalizar seus interesses c) o da afirmação de um corpo de intelectuais orgânicos que construíram não só uma dada visão de Brasil, mas também modalidades da atuação concreta que consolidariam e difundiriam tal visão por toda a sociedade brasileira.

4- A SNA: BASES SOCIAIS E DEMANDAS

O estudo da SNA é um exemplo cabal da relação existente entre classe e ideologia no sentido gramsciano, cujos quadros eram integrados, em sua imensa maioria (80%) por proprietários rurais⁽³⁾. Verificando o perfil da extração regional setorial de seus quadros diretores, tem-se que além da diversidade, o que os unia era o fato de não vincularem-se ao complexo exportador cafeeiro: dos nove presidentes da agremiação, quatro originavam-se das regiões Norte/Nordeste do país, três do sul e dois do Rio de Janeiro, sendo sete proprietários ligados a atividades tão diversas quanto a rizicultura, a pecuária, cotonicultura e agroindústria açucareira.

Sintomaticamente, nenhum porta-voz da grande cafeicultura paulista jamais ocupou qualquer cargo expressivo junto a uma das três diretorias da entidade. Tratava-se, assim, de uma entidade organizadora dos segmentos da classe proprietária "secundários", ligados às atividades agrárias voltadas para o mercado interno.

Sua ação organizativa estruturou-se em torno a algumas demandas bem peculiares: o fomento ao associativismo; a diversificação agrícola e a implantação de canais escolares formadores de especialistas no ramo, alternativos à Escola de Agronomia de São Paulo⁽⁴⁾ - a Escola de Agronomia do Rio de Janeiro. Já no plano estratégico, tornou-se uma agência de propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante, órgão de consulta e prestação de serviços aos associados, além de instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos.

A organização de congressos e exposições que trouxessem a público seus pontos de vista e posições consistiu numa das estratégias mais empregadas pela SNA para afirmar-se enquanto aparelho privado de hegemonia e agência organizadora de classe. Na medida em que sucediam-se conjunturas menos favoráveis a determinados produtos ou setores, a Sociedade patrocinava

um evento de ampla abrangência geográfica ou setorial, de modo a construir o consenso quanto aos interesses envolvidos, transformando-o em instrumento de pressão junto ao Estado.

Em varias dessas ocasiões tal intenção explicitava-se na própria preparação do evento, como no caso do I Congresso Nacional de Agricultura quando, junto com os regulamentos, foram estabelecidos os temários do encontro e, dentro destes, as próprias questões que seriam debatidas, demonstrando o papel dirigente de seus quadros superiores junto às bases. "Disciplinar" o que discutir e como discutir, privilegiando-se tal ou qual aspecto, seria a tática aplicada para configurar o uno a partir do diverso. O fim era inequívoco: promover a diversificação agrícola do país, pressionando por novos métodos e maximização da produção ⁽⁵⁾.

Para fortalecer os grupos de proprietários dos complexos regionais sulistas, nordestinos e fluminenses, a instituição promoveria novos encontros, como no caso do II Congresso Nacional de 1908, que contou com 315 representantes sendo que somente 10 ligados à lavoura paulista, e mesmo assim não ao café, enquanto 110 provinham do Nordeste. ⁽⁶⁾

5- SNA: PRÁTICAS E ORGANIZAÇÃO DA CULTURA

O caráter organizador da cultura promovido pelos intelectuais ligados à SNA pode ser atestado pela prática da disseminação de entidades filiais. Agremiar a *classe agrícola* era seu fim expresso, constituindo-se a entidade num eixo alternativo de poder na 1ª República, amalgamando grupos oriundos de complexos agrários distintos em luta por afirmação de seu prestígio político. As sociedades filiais, a quem dirigia suas mensagens e comunicados, viabilizava seu papel de organizadora de classe, prestadora de serviços e formadora de opiniões.

O resultado desse movimento associativo, sob a égide da SNA, redundou na multiplicação do número de sociedades e instituições agrícolas existentes no país, o qual passou de 81, em 1899, para 188 em 1908. A abrangência de sua atuação também pode ser aquilatada pelo quadro de sócios da entidade: dos 47 fundadores em 1897, para 2.000 em 1906 e 5.200 para 1908. Logo, a SNA passaria a contar com uma estrutura regional de representação, com bases organizadas desde o nível local ao estadual e nacional. ⁽⁷⁾

Uma de suas mais importantes campanhas seria em prol da criação, dentro do Estado, de um organismo especializado junto ao qual pudesse inscrever suas demandas, o Ministério da Agricultura, concebido de forma eminentemente técnica, e cujos cargos principais, futuramente, preencheria.

Através de sua revista *A Lavoura*, a SNA funcionaria quer como instituição de propaganda, quer como órgão de consulta e prestação de serviços a seus associados. A defesa de suas bandeiras

de luta pressupôs o estabelecimento de um conjunto de práticas que dessem conta dos fins pragmáticos, "doutrinário-pedagógicos" e políticos da instituição, transformados, em muitos casos, em mecanismos de difusão de uma dada visão de mundo. Desde sua fundação a SNA seria o órgão dispersor de esforços, teóricos e práticos, voltados para o que considerava o aprimoramento da agricultura brasileira. Para tanto, operaria também a distribuição de sementes e mudas das espécies que acreditava necessário divulgar, definindo, com isso, setores a serem privilegiados, como os da produção de milho, algodão, cana, arroz e forragens ⁽⁸⁾.

A contrapartida a tais serviços seria o aprofundamento do raio de atuação da Sociedade no sentido de ampliar suas bases, tendo em vista seus critérios regimentais que postulavam o exercício de tal tarefa junto "de preferencia a associações, Institutos, colônias agrícolas, quando forem associadas", obrigando-se os membros contemplados a "comunicar por escrito os resultados que obtivessem para que possam continuar a ter atendidos os seus pedidos " ⁽⁹⁾

A intenção de controle se faz patente. A propaganda diversificadora movida pela SNA pode também ser ilustrada pela forma de sua participação na Exposição Nacional de 1908, apresentando *stand* em pavilhão próprio, com 60 expositores de produtos da pequena lavoura

Também forneceria a seus associados publicações diversas acerca dos mais variados assuntos à guisa de "contribuições científicas", com destaque para os estudos técnicos sobre certos cultivos ou experimentos agrícolas, cuja origem reportava a experimentos estrangeiros tidos como exemplares da produtividade e eficiência almejados ⁽¹⁰⁾.

Funcionando como espécie de atestado de pertinência da agricultura brasileira à modernidade, essa prática não levaria em conta a adequação dos métodos propostos às condições específicas das setores a que se destinavam, sendo por si só efeitos demonstrativos de um paradigma de progresso "em construção". De sua difusão - e este seria um procedimento muito mais de construção ideológica do que pragmática no nível das forças produtivas - julgava a SNA depender a construção do idealizado *agricultor moderno brasileiro*.

Ademais, a entidade patrocinaria conferências semanais na capital, além de organizar comissões ambulantes destinadas a atingir um público mais amplo, que percorriam municípios do interior de todo o país na orientação e esclarecimento sobre as mais variadas questões agrícolas ⁽¹¹⁾.

Mantendo um serviço permanente de atendimento a consultas dos sócios, os intelectuais da SNA respondiam a dúvidas diversas, no geral reincidindo sobre dois temas: procedimentos técnicos diversificadores e associativismo. Através de suas respostas propagava suas idéias-força, particularmente a necessidade do ensino agrícola que significava, em verdade, o ensino agrônômico. Atendendo às indagações de um fazendeiro de Morrinhos (Goiás), a respeito da

baixa lucratividade de sua propriedade, por exemplo, manifestar-se-iam os diretores técnicos da SNA, sob o sugestivo título "O que é um agricultor progressista":

"As condições atuais do mundo estão tão mudadas e a concorrência é tão grande, que o agricultor não pode mais sentar-se de mãos dadas imaginando que tudo lhe correrá bem. Não: tal como o negociante ele deve estudar a fundo sua profissão e, sobretudo, aplicar um esclarecido espírito comercial para garantir o bom êxito de sua produção diversificada" (A Lavoura. RJ, 31 (6), jun., p. 496. Grifos do autor)..

A essência da recomendação, neste e em outros casos, residia em convencer sobre a necessidade do estudo e aplicação de técnicas agrícolas, incluindo-se o recurso, sempre que possível, aos resultados já obtidos pelas estações experimentais já existentes e a virem a existir em todo o território nacional. Configurava-se, dessa forma, uma visão de mundo acerca daquilo que poderia ser reivindicado enquanto demanda organizada frente aos órgãos públicos. O desempenho da SNA como aparelho privado de hegemonia, logo, de organização empresarial rural, pode ser inferido pelo crescente número de seus associados: 4.000 em 1911, 8.000 em 1928.

A *Lavoura*, definitivamente, seria o mais expressivo instrumento de organização desse sujeito orgânico, bem como de consolidação da ideologia do grupo. Difundindo as posições e fins da entidade, mediante artigos e editoriais, a revista também propiciava a seus leitores - associados - o máximo possível de informações práticas necessárias ao desempenho cotidiano de suas atividades, incluindo desde aquelas relativas a uma nova visão de "racionalidade produtiva" de que a Sociedade julgava imprescindível dotar aos proprietários, até aquelas que difundissem seus feitos e realizações, espalhados por todo o país.

A redação de seus artigos, sob responsabilidade de integrantes de sua Diretoria Técnica, contava igualmente com a colaboração de alguns dos mais destacados estudiosos e pesquisadores acerca da produtividade das várias espécies - exceto o café -, combinando-se aí os princípios da prática e da ciência enquanto critérios de legitimidade das informações prestadas ⁽¹²⁾ .

Um dos aspectos mais interessantes revelados pela pesquisa sobre a SNA foi o aumento da participação de agrônomos tanto dentre seus associados, quanto dentre os autores de matérias publicadas pela revista, indo ao encontro de sua velha aspiração de elevar o ensino agrônômico à condição de fator essencial ao aprimoramento da produção agrícola diversificada do país ⁽¹³⁾

Agrupando o conjunto de artigos publicados entre 1897 e 1930 em torno a 13 temas, verifica-se que três deles mereceram atenção especial por parte da entidade: a produção de alimentos, a pecuária e a cotonicultura, prefigurando a associação Sul/Nordeste que assomaria a cena política

nacional no decorrer dos anos 20. A SNA difundia, de fato, sua matriz diversificadora da agricultura brasileira, norteada por dois princípios a diversificação e a tecnificação.

O papel desse aparelho privado de hegemonia e de seus intelectuais na organização de parte significativa da classe dominante agrária brasileira na 1ª República patenteia-se, enfim, mediante a propagação de uma visão de mundo que associava o acesso a informações técnicas à modernidade/diversidade produtiva, o que tornou-se o denominador comum a todos os seus sócios. Mediante tal operação, não só organizava-se o grupo, mas também deslocava-se a possibilidade de um efetivo conflito de classe para aquele que passaria a contrapor *agricultores modernos versus agricultores arcaicos*. Somente mediante o combate ao *atraso, rotina e apatia* que preponderavam no meio rural brasileiro, seria possível reabilitar e reciclar a *vocação eminentemente agrícola do país*.

O grau de organização da cultura mobilizado pela SNA atingiria níveis insuspeitos, incluindo-se a própria produção de manuais escolares destinados, especificamente, ao ensino primário do país. Nesse sentido, sua visão de mundo transcendia os proprietários rurais, atingindo toda a população - inclusive e sobretudo urbana - do país em idade escolar.

Muitos de seus autores, simultaneamente sócios/diretores da entidade, produziram obras como *Cartilha Agrícola* (Ezequiel Ubatuba); *Rumo ao Campo* (Mário Bulcão) e *ABC do agricultor* (Francisco Dias Martins). por exemplo. O primeiro, cuja cartilha foi totalmente elaborada sob a forma de perguntas e respostas, sendo introduzida em todas as escolas primárias públicas mineiras, ensinava em seu Capítulo X que:

"Perg. 1 a - O que é a agricultura moderna?"

Resp. 1 a - É aquela que produz de tudo um pouco, deixando de lado o monocultivo.

Perg. 2 a - Como se lavra a terra?

Resp. 2 a - Antigamente preparava-se a terra com a enxada, mas hoje o lavrador inteligente usa de máquinas.

Perg. 3 a - Que máquinas são?

Resp. 3 a - O arado, a charrua, a semeadeira, ceifadeira e outras muitas.

.....

Perg. 8 a - Faz-se também a lavoura sem máquinas?

Resp. 8 a - Também, mas é muito penosa e demorada." (UBATUBA, 19 , pp. 14-15, grifos do autor).

Já *Rumo ao Campo*, manual onde se narrava a visita de um menino da cidade a seus parentes do campo veiculava, no capítulo final, denominado "A Melhor vida" o enaltecimento da vida rural, já que em seu retorno à cidade, o personagem da estória logo deparou-se com "*uma família pobre, mal abrigada, à sombra de umas árvores da rua*". Penalizado, seu pai os enviaria à fazenda, "*onde encontrariam trabalho e saúde, além de um melhor futuro para seus filhos, já que a vida tumultuada e ingrata da Capital lhes havia sido quase fatal*" (BULCÃO, 19 p. 175)

A disseminação de uma visão idealizada do campo é o fecho da cartilha:

"Na roça vive-se mais. Com maior tranqüilidade, corre a vida mais feliz. Os gozos da cidade não se comparam à tranqüilidade da vida do lavrador. Este trabalho, sem o luxo das cidades, pode fazer economias e assegurar melhor a existência de todos da família, já que produz-se de tudo um pouco. É um erro quererem todos educar os filhos como doutores. Se o mundo fosse cheio de sábios, morreriam todos de fome" (Id., ibid., p. 179).

A maioria desses autores tinha em comum, para além da pertinência à SNA, o fato de serem agrônomos, bem como proprietários, é claro. Se o atraso da agricultura acabava por ser imputado ao tipo de homem que nela labutava, descendente de ex-escravos e tido por incapaz de dominar a técnica, contaminado os espaços identificados à anarquia, o bem, por oposição, pertencia ao âmbito do ético, do especialista, em suma. Era o saber dos agrônomos - os novos técnicos em agricultura - que refletiria o paradigma da nova ordem, possibilitando o alcance do objetivo proposto pelo espírito científico como premissa da difusão da civilização. O ensino, além de nivelador, seria um mecanismo de controle, através do qual procurava-se moldar comportamentos pelas prescrições da razão criadora e fundadora da verdade.

Aprender vendo ou fazendo tornava-se critério dessa moderna pedagogia, geradora de uma nova tecnologia agrícola que precisava ser dominada e difundida, em prol da diversificação da agricultura. Por essa via generalizava-se a ética da classe dominante agrária por toda a sociedade⁽¹⁴⁾. Em nome da população rural *pobre, ignorante e atrasada*, os projetos de extensão do ensino agrícola veiculados pela SNA girariam em torno de dois eixos: a criação de instituições especiais para viabilizá-lo - em geral instituições "viveiros de mão-de-obra" - e sua própria hierarquização. Em ambos os casos, o agrônomo seria seu veículo e veiculador.

A elevação moral das *massas rurais inertes* era o pretexto para um projeto de educação agrícola destinado a legitimar um novo tipo de intelectual qualificado a intervir sobre o espaço social rural. Demarcava-se claramente, a distinção entre competências originadas da tradição humanística e

aquelas provenientes da formação técnica, única vista como capaz de preparar os atores ideais para a *missão de espalhar as luzes no campo*. Devido a extensão do país e sua dispersão populacional, acentuava-se a formação dos técnicos, de tal modo que "... a ciência caiba ao agrônomo; a arte, ao chefe de culturas; e o ofício, ao trabalhador rural" (TORRES FILHO, Arthur. O ensino agrícola no Brasil. Rio de Janeiro, Souza & Cia., 1926, p. 34. Grifos do autor).

Construía-se assim, via SNA, a relação necessária ente progresso agrícola - entendido como diversificação da agricultura - e técnicos, bem como aquela entre ambos e ordem social. Os agrônomos progressivamente se constituíam nos novos intermediários entre trabalhadores rurais/pequenos produtores e as frações da classe dominante agrária, em concorrência com os intelectuais por eles mesmos denominados de *tradicionais* - os notáveis locais, bacharéis e párocos - dos quais se distinguiam pela profissionalização e pelo saber.

Era em prol de sua afirmação enquanto novo tipo de intelectual que convergiam todas as propostas de difusão da educação agrícola enquanto fator de superação do atraso, politizando-se um debate que não era somente pedagógico. Tal projeto claramente contrapunha-se à opção imigrantista adotada pelos proprietários paulistas, por exemplo. A existência de um pequeno corpo de novos especialistas formados nas escolas de agronomia e a quem se delegava a função de enquadramento e controle dos *homens do campo* supostamente viria a preencher a distância entre estes e a classe proprietária.

6- COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

O período referente à chamada Primeira República no Brasil revela-se extremamente frutífero enquanto recorte capaz de dar conta da introdução e consolidação de uma série de práticas relativas à agricultura e à organização da classe dominante agrária brasileiro, cujos desdobramentos e/ou continuidade encontram eco em nossa realidade mais contemporânea.

A flagrante supremacia da grande cafeicultura paulista no cenário político, econômico e cultural do país, bem como a extrema especialização produtiva do estado, impôs a diferentes setores igualmente ligados à grande propriedade uma reflexão e organização alternativa quanto à busca de redefinições capazes de fazerem frente ao novo e delicado contexto.

Nessa conjuntura, certos segmentos da classe proprietária rural, mormente aqueles ligados aos setores "menos dinâmicos" da agricultura nacional; procuraram organizar-se, detonando uma reação cujo suporte ideológico residiria na hipervalorização do campo e da vida rural, bem como na reedição da tradicional *vocação eminentemente agrícola do país*, em novas bases, fundamental para a organização do grupo. Tal hipervalorização, no entanto, transcendia a mera crítica conservadora ao urbanismo e industrialismo, configurando-se na defesa de setores

econômica e politicamente menos privilegiados pela dinâmica própria da agro-exportação e do pacto republicano.

Ainda que lançando mão de visões de mundo calcadas em categorias discursivas comuns, a dimensão política das falas e ações dos membros da SNA dariam visibilidade a projetos de "modernização agrícola" divergentes. Da conjugação de todas as suas práticas, emergiria uma *vocação agrícola* cuja especificidade, diversamente de outras manifestações, residiu na tentativa de generalizar um dado projeto nacional diverso do hegemônico, organizado em torno do vértice "modernização/diversificação" da agricultura com vistas ao mercado interno. Os instrumentos de intervenção propostos difeririam bastante das "terapêuticas" propostas pela grande cafeicultura paulista.

Configurava-se, assim, uma hegemonia menos monolítica do que os estudos especializados o fazem supor. A ideologia da vocação agrícola do país, a despeito de generalizada junto à classe dominante agrária servia de suporte a interesses tão díspares quanto conflitivos, acabando por escamotear a diferenciação de demandas poderosas às quais a retórica ruralista procurava dar unidade e abrangência. A maximização do quantitativo a ser produzido obscurecia as distinções relativas, por exemplo, a seu direcionamento comercial, se ao mercado externo ou interno, como se ambos portassem igual sentido. Seria no plano político e basicamente nele que a hegemonia paulista seria mais questionada pelos demais proprietários, criticando-se sua proposta de *sampaulização* progressiva do país ⁽¹⁵⁾. A vulgarização promovida pela reação ruralista de uma imagem da agricultura como essência da nação se fez a partir do paradigma de uma atividade diversificada e moderna, o que contribuiu para difundir, igualmente, o preconceito contra os agricultores atrasados ou seja, imunes ao papel civilizador atribuído à técnica na construção da nova ordem agrária.

Para os intelectuais da SNA o papel do Estado seria igualmente diferenciado. Enquanto para os grandes cafeicultores paulistas seu papel teria limites tão precisos quanto os da dominação por ele exercida, para a SNA valia a defesa de um Estado interventor. Por tal razão a defesa da criação de um Ministério da Agricultura seria objeto de uma competição acirrada entre ambos os grupos. Afinal ainda que numa república cafeeira, a nova agência da sociedade política poderia converter-se num instrumento de poder estatizado fora do controle direto da fração de classe hegemônica.

Logo, ainda que restrito o estudo ao âmbito da classe dominante agrária, percebe-se que a relação ideologia, intelectuais e cultura, pode prestar-se enquanto instrumento de análise para uma questão pouco priorizada de uma maneira geral: o da subordinação contestadora ou

subordinação conflitiva entre frações de uma mesma classe ao projeto hegemônico, o qual é igualmente dinâmico e tenso.

Notas

(1) A esse respeito ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990; Idem. *GRAMSCI. Um estudo sobre seu pensamento político*. RJ, Campus, 1989; CAVALCANTE, Pedro Celso Uchôa & PICCONE, Paolo. *Convite à leitura de Gramsci*. RJ, Achiamé, s/d; ANDERSON, Perry. "As antinomias de Antonio Gramsci". In: *A estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo, Joruês, 1986", dentre outros.

(2) No surto de 1880 a grande maioria dos clubes fundados localizou-se no Oeste Novo paulista, 18 de um total de 23, sendo apenas três situados no Rio de Janeiro. Já no de 1884, ao contrário, predominaram as associações criadas no Vale do Paraíba. PANG, Laura. *The State and Agricultural Clubs of Imperial Brazil (1860-1889)*. Nashville, PhD Dissertation to Vanderbilt University, 1982, pp. 295.

(3) Para os pouco estudos especializados, a SNA seria uma entidade integrada tipicamente por oriundos dos setores médios urbanos, via de regra profissionais liberais, preocupados em modernizar a principal atividade do país. Cf. REIS, Elisa Pereira. *The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1880-1930*. PhD Dissertation to Massachusetts Institute of Technology, 1979. e GOMES, Eduardo. "Um outro lado do Poder Oligárquico na República Oligárquica: a SNA". Encontro Nacional da PIPSA, São Paulo, 1987, mimeo.

(4) A Escola de Agronomia de Piracicaba, São Paulo, foi a primeira escola superior criada na República destinada a diplomar esses novos profissionais no período republicano. Voltada basicamente para um público constituído por grandes proprietários do próprio estado de São Paulo, a formação por ela ministrada valorizava não apenas a tecnificação da agricultura, mas também a ênfase na cafeicultura em seu curso. A ela viria contrapor-se, após 1913, a Escola do Rio de Janeiro, cujo quadro docente era integrado, em grande parte, por sócios e diretores da SNA. Cf. MENDONÇA, Sonia. *Agronomia e Poder no Brasil*. RJ, Vício de Leitura, 1999.

(5) Dos 31 Congressos patrocinados pela SNA, 22 diziam respeito, diretamente, à pecuária e à produção de cereais. Cf. MENDONÇA, Sonia. *O ruralismo brasileiro*. SP, HUCITEC, 1997.

(6) O Congresso debateu 33 temas, produzindo cerca de 203 conclusões a serem encaminhadas aos governos estaduais e federal. A presença de representantes de associações de classe é digna de nota, perfazendo eles o total de 171 participantes. SNA. *Sessão de encerramento e redação final das Conclusões do II Congresso Nacional de Agricultura*. RJ, Imprensa Nacional, 1908, pp. 159-67.

(7) Tal nível de organização da entidade lhe permitiria respaldar sua maior aspiração, materializada na fundação da Confederação Rural do Brasil, criada em 1928 e com a qual fundiria suas diretorias e demais órgãos de propaganda. *A Lavoura*. RJ, 33 (1), jan., 1929, p. 23.

(8) Enquanto em 1899 a SNA distribuiu 4,2 toneladas de sementes variadas, em 1908 esse total elevou-se para 135. Quanto às mudas, via de regra espécies frutíferas, encarregou-se ela de fornecer, anualmente, em média, 1 milhão de unidades. *A Lavoura*, 1899 e 1908.

(9) SNA. *Regulamentos aprovados em 27 de outubro de 1905*. RJ, Imprensa Nacional, 1906, p. 11

(10) Foram algumas das publicações distribuídas pela SNA: *O azoto, riqueza na paz e segurança na guerra* (J. Lehalleur - engenheiro da Missão Francesa no Brasil); *A agricultura tchecoslovaca* (Vlastimir Kybal - Ministro da Checoslováquia); *A indústria da mandioca e suas possibilidades* (Plínio Cavalcanti); *O subsídio da bacteriologia no desenvolvimento da indústria de laticínios* (Aleixo de Vasconcellos); etc. SNA. *Conferências e contribuições científicas no biênio 1925-26*. RJ, Typografia "O Social", 1927, passim. Em relatório datado de 1899 a SNA agradecia a Joaquim Francisco de Assis Brasil ao qual, na qualidade de ministro em Washington, "devemos o recebimento regular de centenas de obras de propaganda que o

governo da América do Norte distribui gratuitamente e a mão cheia, como ensinamento a seus agricultores". SNA. *Histórico dos trabalhos da Sociedade durante o ano de 1899*. RJ, Imprensa Nacional, 1900, p. 31.

(11) A SNA enviava comissões periodicamente a localidades tão variadas como Teresópolis (Estado do Rio), Porto Alegre ou Fortaleza, com o intuito de instruir proprietários tão distintos quanto os da cana, vinha ou algodão. SNA. *Sociedades Agrícolas Existentes no Brasil*. RJ, 1908, pp 64-5.

(12) Dentre esses colaboradores destacaram-se Domingos Sérgio de Carvalho (comissão do açúcar e álcool); Fábio Luz Filho, José Saturnino de Brito e Wenceslão Bello (comissão de cooperativismo); William Wilson Coelho de Souza (comissão de Algodão); Eduardo Cotrim e Joaquim Luiz Ozório (comissão de pecuária); Simões Lopes, Aristides Caire e Hannibal Porto (comissão de policultivo); e mesmo Roberto Simonsen, (comissão de indústria têxtil) na década de 1920. Vale lembrar que as Comissões aqui referidas eram aquelas em se dividia a Diretoria Técnica da SNA. *A Lavoura*. RJ, 1897-1930, *passim*.

(13) Essa alteração fica mais patente nas publicações datadas da década de 1920, que ressaltam a formação profissional dos articulistas, ao contrário do verificado anteriormente. Fidélis Reis, Mário Bulcão, Ezequiel Ubatuba, Dias Martins foram alguns dos nomes que mais apareceram como autores do material publicado entre 1920 e 1925, sendo todos agrônomos, dois deles inclusive diplomados pela Escola do Rio de Janeiro, da alçada do Ministério da Agricultura junto ao qual, conforme já mencionado, o grupo da SNA ocuparia cargos destacados.

(14) Em seu *ABC do Agricultor*, destinado aos alunos das escolas primárias rurais, Francisco Dias Martins afirmava que:

"Todo o lavrador, custe o que custar, deve ir se preparando, senão para abandonar a enxada, ao menos para ocupá-la o menor número de vezes; e deve esforçar-se para possuir um arado, um semeador porque assim terá sempre consigo muitos camaradas bons, sempre prontos para o trabalho a qualquer hora, diversificando seus cultivos".(MARTINS, Francisco Dias. *ABC do agricultor*. São Paulo, Duprat, 1908, p. 144).

(15) O termo é da autoria de um dos mais notáveis intelectuais da grande burguesia do estado de São Paulo, o fazendeiro, industrial, ex-ministro e presidente do Banco do Brasil, Cincinato Braga, que o empregava para referir-se ao projeto de "ignorar ou desprezar as virtualidades do 'mercado interno' e seu papel na economia do país". Apud SALIBA, Elias (org.). *As idéias econômicas de Cincinato Braga*. Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983, p. 30.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. 1986. "As antinomias de Antonio Gramsci". En: *A estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês.

CAVALCANTE, Pedro; Celso UCHOA; Paolo PICCONE. *Convite à leitura de Gramsci*. RJ: Achiamé.

COUTINHO, Carlos Nelson. 1990. *Cultura e sociedade no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

COUTINHO, Carlos Nelson. 1989. *GRAMSCI. Um estudo sobre seu pensamento político*. RJ: Campus.

GOMES, Eduardo. 1987. "Um outro lado do Poder Oligárquico na República Oligárquica: a SNA". Encontro Nacional da PIPSA. São Paulo. 1987. mimeo.

MENDONÇA, Sonia. 1999. *Agronomia e Poder no Brasil*. RJ: Vício de Leitura.

MENDONÇA, Sonia. 1997. *O ruralismo brasileiro*. SP: HUCITEC.

PANG, Laura. 1982. *The State and Agricultural Clubs of Imperial Brazil (1860-1889)*. Nashville, PhD Dissertation to Vanderbilt University.

REIS, Elisa Pereira. 1979. *The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1880-1930*. PhD Dissertation to Massachusetts Institute of Technology.